

O PROBLEMA DO MAL NO PENSAMENTO DE SANTO AGOSTINHO

Brunna Souza de Araujo Pinheiro¹

Pedro Rodolfo Fernandes da Silva²

RESUMO: A presente pesquisa investiga sobre o problema do mal na perspectiva filosófico-teológica de Agostinho de Hipona (354 d.C. – 430 d.C.), filósofo e teólogo medieval do período denominado Patrística. Na pesquisa, abordam-se partes das obras *A Natureza do Bem – contra os maniqueus* (*De Natura Boni contra manichaeos*) e *O Livre Arbítrio* (*De Libero Arbitrio*), verificando os aspectos que explicitam o pensamento do Hiponense sobre o mal, incluindo a discussão sobre a origem do mal e como este se relaciona com a moral humana, passando por conceitos como livre arbítrio, pecado e maniqueísmo. Em *A Natureza do Bem*, o autor considera que a natureza (a qual o autor divide em atributos denominados modo, espécie e ordem) como um todo é um bem, e que o mal nada mais é do que uma corrupção desse bem, não por algo que seja em si mal, mas por algo “menos bom”, contrariando, desse modo, a tese maniqueísta de coexistência do bem e do mal. Em *O Livre Arbítrio*, Agostinho afirma que o livre arbítrio não pode ser um agente do mal e sim uma escolha moral do ser humano, uma autonomia concedida a nós por Deus, que permite ao homem ser responsável pelos seus atos. Dessa forma, procura-se fazer uma breve análise das obras citadas procurando condensar as ideias de Santo Agostinho sobre o problema do mal.

2386

Palavras-Chaves: Problema. Pensamento. Santo Agostinho. Mal.

1 – INTRODUÇÃO

O problema do mal é um dos temas mais cruciais e intrincados na teologia e na filosofia, desafiando pensadores a conciliarem a existência de Deus, a humanidade, o bem e o mal, desde os pensadores antigos até os contemporâneos. Dando ênfase à transição da Antiguidade à Idade Média, surge a Patrística, a filosofia dos primeiros padres.

Agostinho de Hipona (354 d.C – 430 d.C.), apesar de não ser cronologicamente um dos primeiros, é considerado o pensador que representa o ápice da Patrística. Foi um prolífico escritor e pensador, cuja vasta produção intelectual deixou um legado duradouro, com obras que abordam uma ampla gama de questões filosóficas e teológicas, dentre as quais se destaca a reflexão sobre o problema do mal, questionando sua origem em relação à bondade absoluta de Deus, a definição do livre-arbítrio e os efeitos do pecado na condição humana. Agostinho

¹Graduanda licenciatura em filosofia (UFAM) e em Relações Internacionais (UNINORTE); Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora voluntária (PIBIC-UFAM).

²Orientador. Doutor em Filosofia pela UFSCar. Professor do Departamento de Filosofia – UFAM. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

contrapôs-se às teses dos maniqueístas, seita fundada por Mani e que, reunindo elementos do zoroastrismo e do cristianismo, oferecia uma via racional de acesso à verdade e uma metafísica de cunho fortemente materialista, de cujas ideias Agostinho compartilhou por nove anos de sua vida (Costa, 2003; Agostinho, 2006).

Nesse contexto de elaboração de suas teses sobre o mal e de crítica ao maniqueísmo, surge a obra *A Natureza do Bem*, na qual Agostinho destaca a distinção entre a natureza originalmente boa e sua corrupção, sugerindo que o mal não é inerente à essência da criação, mas uma distorção dessa natureza que primordialmente é boa: "Diz-se má a natureza que está corrompida, pois que a natureza incorrupta é boa. Mas, mesmo a natureza corrompida, enquanto natureza, é boa, só enquanto corrompida é que é má" (Agostinho, 2019, p. 46). Em *O Livre Arbítrio*, no diálogo com seu amigo Evódio sobre o que seria o livre arbítrio, Agostinho afirma que ele não pode ser um mal, mas sim uma ferramenta de escolha, pois o homem em si tem essa escolha, embora por meio dela possa fazer algo de ruim, o que torna a humanidade responsável por suas ações (Agostinho, 1995, p. 52).

Em vista disso, esta pesquisa justifica-se ao investigar a forma como Agostinho concebeu o mal, a saber, como uma corrupção do bem, e vínculo da sua existência do mal ao uso equivocado do livre-arbítrio, levando-nos a refletir sobre questões atemporais, como a responsabilidade moral, o papel das escolhas humanas e a relação entre divindade e sofrimento humano. A relevância do tema transcende os limites históricos, ressoando em debates contemporâneos sobre ética, religião e filosofia.

2387

Assim, analisar o problema do mal na perspectiva de Santo Agostinho por meio dessas obras é uma oportunidade para compreender como esse pensador enfrentou questões filosóficas e teológicas que continuam sendo debatidas até hoje. Portanto, sua abordagem não apenas apresenta respostas profundas, mas também discute sobre como conceitos antigos continuam a moldar nossas concepções modernas de bem, mal, liberdade e moralidade, destacando a complexidade da natureza humana e da liberdade individual.

2- Objetivos

A pesquisa tem como finalidade investigar a perspectiva filosófica de Agostinho de Hipona sobre o problema do mal, sua origem, passando por conceitos como pecado, natureza do ser, livre arbítrio e como isso se relaciona com a moral humana, analisando estes principais conceitos nas obras *Livre Arbítrio* e *A Natureza do Bem*.

Objetivo Geral

Investigar o problema do mal em Santo Agostinho, sobretudo a partir da obra *O Livre Arbítrio* e *A Natureza do Bem*, buscando compreender a condição moral do ser humano.

Objetivos Específicos:

- 1) Explorar os principais conceitos agostinianos relacionados à origem do mal, como pecado e natureza do livre arbítrio.
- 2) Investigar as influências filosóficas e teológicas que moldaram o pensamento de Santo Agostinho em relação ao mal.
- 3) Verificar as possíveis implicações éticas e metafísicas das concepções agostinianas sobre o mal para as questões filosóficas contemporâneas.

3 – Metodologia

A presente de pesquisa é eminentemente qualitativa, de cunho procedimental estritamente bibliográfico, utilizando-se das fontes e das traduções disponíveis em línguas modernas. De igual modo são utilizados estudos de especialistas no pensamento de Santo Agostinho, além de outros estudos que versem sobre o tema, como artigos científicos, teses e dissertações, os quais serão submetidos à leitura e fichamento para posterior análise crítica, buscando responder aos objetivos propostos. Dentre as obras de referência, são adotadas as traduções de: "De libero arbitrio" (*O Livro Arbítrio*) e "De natura boni contra manichaeos" (*A natureza do bem contra os maniqueus*). De modo subsidiário também são abordadas passagens das obras "Confessionum" (*Confissões*) e "De civitate Dei" (*A Cidade de Deus*). Em tais obras, e sob enfoques distintos, Agostinho apresenta sua compreensão acerca do mal, a relação deste com a natureza humana e com a moralidade.

2388

4 – Breve análise e comentários relacionando as obras *Livre Arbítrio* e *A Natureza do Bem* de Santo Agostinho

A obra *O Livre Arbítrio* apresenta-se sob a forma de uma conversa filosófica entre Santo Agostinho, seu amigo e interlocutor, Evódio, no qual são discutidas questões fundamentais sobre a origem do mal e sua relação com o livre-arbítrio e com a justiça divina. Ao longo da obra, Agostinho sustenta que o livre-arbítrio, concedido por Deus ao ser humano, é em si mesmo um bem, pois é dado à criatura racional a capacidade de escolher entre o bem e o mal. No entanto, justamente por envolver liberdade de escolha, esse dom dado pelo divino pode ser

mal utilizado, levando o indivíduo ao pecado quando sua vontade se desvia do bem supremo, isto é, de Deus, e se orienta para os bens inferiores, submissos às paixões e aos desejos desordenados. O mal moral, portanto, não tem origem em Deus, mas resulta de um ato voluntário do homem, que escolhe se afastar da lei eterna e corromper a ordem estabelecida na criação. Assim, a presença do mal no mundo não compromete nem a bondade nem a justiça divinas, pois Deus não é o autor do mal, mas o garante da liberdade humana.

Por sua vez, a obra *A Natureza do Bem* organiza-se em três partes complementares: a primeira expõe os princípios fundamentais da doutrina católica; a segunda apresenta os princípios do maniqueísmo; e a terceira, finalmente, realiza uma refutação sistemática dos fundamentos maniqueístas, especialmente no que se refere à concepção dualista de bem e mal como substâncias autônomas e em constante oposição. Neste contexto, Agostinho reforça a concepção do livre-arbítrio como ponto central da responsabilidade moral humana e reafirma que a natureza e o ser, enquanto procedentes de Deus, não podem ser considerados maus por essência. O mal, segundo sua perspectiva, não é um ente positivo, mas sim a corrupção de atributos originalmente bons, presentes nas criaturas. Essa corrupção se manifesta na deterioração de três aspectos fundamentais: o *modus* (modo de ser), a *species* (forma ou essência) e a *ordo* (ordem ou finalidade), os quais, desordenados pela vontade humana desviada, perdem sua harmonia com a lei divina.

2389

Nossa leitura destes textos de Agostinho tem se pautado na análise de alguns conceitos, que melhor condensam o pensamento agostiniano acerca do problema do mal para que, no avanço da pesquisa, possamos compreender a jornada filosófica e teológica de Santo Agostinho sobre o tema, identificando tanto os elementos de continuidade quanto as evoluções de sua concepção ao longo do tempo e buscando relacionar as duas obras com vistas a uma compreensão do tema de forma mais completa.

4.1 – O Mal Como Privação do Bem

O primeiro conceito a ser abordado é o de mal. Para Agostinho, o mal seria a privação do bem (*privatio boni*), um grande nada, é onde a obra de Deus não alcança. Um exemplo prático seria o de uma vela acesa em um lugar escuro, onde a luz da vela alcança significa a presença do Criador, sinônimo de luz e sumo bem. Onde a luz não chega e não se enxerga nada, é o mal que, mesmo sendo nada, é tentador, porque proveniente do pecado. Proveniente no sentido de que o mal se origina do pecado. Em *O Livre Arbítrio*, Agostinho classifica o mal em dois tipos: o mal

físico, que se manifesta em sofrimentos como doenças e desastres naturais; e o mal moral, que é o que gera o pecado. Para Agostinho, o mal moral é o verdadeiro mal, e é o que estamos tratando nessa pesquisa. O pecado é que nos afasta do bem, que é Deus, e o pecado se origina do livre-arbítrio, por meio da escolha que o ser humano faz, que em si é um dom concedido por Deus.

Ev: Se não me engano tal como a nossa argumentação mostrou, o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade [...]. (Agostinho, 1995, p. 68 - 69).

Portanto, Santo Agostinho sustenta que o problema do mal não decorre de uma falha ontológica na criação divina, mas é, antes, uma consequência inevitável da concessão do livre-arbítrio ao ser humano. Em sua visão, Deus, como ser sumamente bom e perfeito, não poderia ser o autor do mal; este surge, na verdade, a partir da autonomia moral do homem, que ao desviar sua vontade do Sumo Bem, isto é, de Deus, torna-se responsável pela introdução do mal no mundo. Assim, o mal não possui substância própria, sendo na verdade uma corrupção ou a privação do bem. Essa corrupção ocorre quando o ser humano, dotado de liberdade, se submete às paixões desordenadas, como os desejos egoístas, a ambição própria ou a busca desenfreada por prazeres terrenos, afastando-se do bem supremo e caindo em um estado de servidão de si mesmo. O uso equivocado do livre-arbítrio, portanto, transforma-se em uma fonte de desordem moral e espiritual, distanciando o homem de seu fim último, que é a comunhão com Deus. Dessa maneira, Agostinho resguarda a bondade divina e responsabiliza o ser humano por sua própria queda, enfatizando a importância do autodomínio e da orientação da vontade em direção ao bem verdadeiro.

[...] Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio. (Agostinho, 1995, p. 52).

Em *A Natureza do bem*, a ideia do mal como privação do bem é reafirmada. Essa formulação filosófico-teológica é elaborada em oposição direta à doutrina maniqueísta, que sustentava a existência de dois princípios eternos e antagônicos, o bem absoluto e o mal absoluto em perpétua oposição. Agostinho rejeita tal concepção dualista, argumentando que a ideia de dois absolutos em conflito é logicamente insustentável, pois um inevitavelmente causaria dano ao outro, comprometendo sua eternidade e perfeição. Para o autor, o mal não tem existência autônoma e só pode ser compreendido como dependente do bem, uma vez que mesmo as ações más são possíveis apenas pela apropriação desordenada de algo bom. Assim, ao comentar que o bem que sustenta o mal seria, de certo modo, mais repreensível do que o próprio mal, pois o mal, ao se manifestar, ainda se utiliza do bem. Agostinho enfatiza que o mal não pode existir

sem alguma participação na bondade original da criação (Agostinho, 2019, p. 81). Desse modo, não há um "sumo mal" que se oponha ao *sumo bonum*; ao contrário, se existisse algo absolutamente contrário a Deus, este seria o próprio nada, o não-ser. Como todas as coisas foram criadas por Deus, que é o bem supremo, tudo o que existe, enquanto existente, é bom. A natureza, nesse contexto, é sinônimo de bem, justamente porque provém de Deus e reflete, ainda que de forma limitada, a perfeição de seu Criador.

[...] Porque todas as coisas boas, quer grandes ou pequenas, em qualquer dos seus graus, não podem existir senão por Deus e toda a natureza, enquanto natureza, é um bem; nenhuma natureza pode existir senão pelo sumo e verdadeiro Deus. Realmente, todas as coisas não sumamente boas, mas próximas do supremo Bem, e ainda as menos boas, que estão mais afastadas dele, não podem existir senão pelo próprio Supremo Bem. (Agostinho, 2019, p. 37 - 39).

Com essa afirmação, Agostinho estabelece com clareza que todas as criaturas, independentemente de sua posição na hierarquia do ser, têm sua origem no próprio Deus, que é o Sumo Bem. Isso significa que até mesmo os seres humanos que pecam e se desviam do caminho do bem procedem de Deus enquanto natureza criada. No entanto, essa procedência não implica que Deus seja, de alguma forma, responsável pelo mal ou passível de corrupção. Pelo contrário, Agostinho insiste na absoluta imutabilidade e perfeição da natureza divina, a qual permanece eternamente boa, justa e incorruptível. Deus, sendo o criador de todas as coisas boas, sustenta a existência dos seres em sua diversidade de graus ontológicos e morais, mas não participa de sua corrupção. A vontade humana, dotada de liberdade, é a responsável pela queda, pois é capaz de afastar-se voluntariamente do bem superior e submeter-se aos prazeres transitórios e desordenados.

Nesse sentido, Agostinho articula que do ser na qual o mal não é entendido como criação ou entidade autônoma, mas como carência de bem nas criaturas, resultante do mau uso da liberdade conferida por Deus. A distinção fundamental entre o Criador e a criatura é mantida: Deus é ser absoluto, pleno e imutável, enquanto as criaturas são ontologicamente dependentes, sujeitas à mudança e ao erro. Assim, mesmo que o pecado tenha origem em criaturas feitas por Deus, isso não compromete Sua natureza, pois o desvio moral pertence exclusivamente ao âmbito da vontade criada, como afirmado a seguir também:

O Supremo Bem, acima do qual nada existe, é Deus; por isso é um Bem imutável e também verdadeiramente eterno e imortal. Todos os outros bens têm nele a sua origem, mas não participam dele. O que é da sua natureza é ele mesmo; as coisas que foram criadas têm nele a sua origem, mas não são o que ele é. Por conseguinte, se só ele é imutável, todas as coisas que criou, pelo facto de as criar do nada, são mutáveis. Porque ele é tão onipotente é que pode fazer

do nada, do que de facto nada é, coisas boas, grandes e pequenas, celestes e terrenas, espirituais e corpóreas. (Agostinho, 2019, p. 37).

Assim, Agostinho afirma que tudo o que é criado por Deus é, em sua essência, um bem, pois Deus, sendo o Sumo Bem, não pode criar senão aquilo que é bom. Essa premissa metafísica fundamental sustenta que a criação, em todas as suas formas e graus, participa da bondade divina, ainda que de maneira limitada e contingente. No entanto, ao conceder aos seres racionais – particularmente aos seres humanos – o dom do livre-arbítrio, Deus não elimina a possibilidade de que esses mesmos seres, por serem mutáveis e finitos, escolham se afastar do bem. É justamente no uso incorreto dessa liberdade que se manifesta o mal moral: não como uma substância criada, mas como uma deficiência do bem, resultante de uma escolha voluntária e equivocada. O ser humano, ao voltar sua vontade para os bens inferiores, perecíveis e passageiros, em vez de manter-se orientado ao bem supremo, que é Deus, corrompe a ordem estabelecida na criação e introduz o desajuste moral no mundo. Portanto, para Agostinho, o mal não tem origem na criação divina em si, mas na decisão livre da criatura racional que, ao se desviar de Deus, causa a desordem em sua própria alma e na realidade ao seu redor.

Portanto, nenhuma natureza, enquanto natureza, é má. E em nenhuma natureza existe o mal, mas apenas uma diminuição no bem. Se este diminuir a ponto de desaparecer, não havendo então nenhum bem, também não se conservará nenhuma natureza, não só segundo a maneira de pensar dos maniqueus, que descobrem uma enorme quantidade de bens apesar da sua excessiva e espantosa cegueira, mas como o pode sequer pensar qualquer pessoa. (Agostinho, 2019, p. 53 - 55).

2392

O mal por si só não é uma natureza, apenas o bem pode sê-lo. O mal é apenas a diminuição, ou seja, um grau menor do próprio bem, e se não houver nenhum bem, então não há nenhuma natureza, pois a natureza, enquanto criação divina, é intrinsecamente boa. A total ausência de bem significaria a inexistência, o puro nada, e, portanto, a negação do ser.

4.2 - O Mal Como Corrupção da Natureza

O outro conceito que será acentuado é o mal como corrupção da natureza. Santo Agostinho estabelece que todas as coisas criadas por Deus possuem três atributos fundamentais: 1) o *modo*, que se refere à medida ou limite que define a natureza de um ser. Cada coisa criada tem um modo específico, ou seja, uma estrutura e uma capacidade que determinam o que ela é e como pode agir. Esse atributo é o que confere a cada criatura a sua particularidade dentro da criação divina, por exemplo, o modo de um ser humano o define como racional, enquanto o modo de uma pedra a define como irracional. O *modo* de cada ser, portanto, está intrinsecamente

ligado à sua natureza e ao papel que desempenha no universo; 2) a *espécie*, que define a essência ou a forma de cada criatura. A espécie do ser humano é diferente da espécie da pedra, pois a essência humana é marcada pela racionalidade e pela capacidade moral, enquanto a pedra é apenas uma manifestação material; 3) por fim, a *ordem*, que é o princípio que une todas as coisas em um sistema harmonioso dentro da criação divina. A ordem é o que assegura que tudo tem um propósito e um lugar adequado no universo, sendo responsável por integrar todas as criaturas de maneira a preservar a harmonia no todo. A ordem determina, então, o lugar de cada ser, com o homem tendo seu propósito, assim como a pedra. Esses três atributos, *modo*, *espécie* e *ordem*, se complementam e formam a essência das coisas criadas. De acordo com Agostinho, a medida do bem de cada coisa é determinada pela perfeição desses três atributos. Quanto mais plenamente esses atributos se realizam, maior é o bem do objeto, refletindo mais diretamente a bondade divina. Por outro lado, o “mal” surge quando esses atributos são corrompidos, isto é, quando o modo, a espécie ou a ordem de uma criatura se desviam do seu propósito original, resultando em uma diminuição do bem, classificando-as como retendo mais bem ou menos bem, mas nunca “mais mal”.

[...] o modo, a espécie e a ordem, são como que bens genéricos nas coisas feitas por Deus, quer no espírito quer no corpo. [...] As coisas em que o modo, a espécie e a ordem são grandes, são grandes bens; as coisas em que são pequenas, são pequenos bens; onde não existem, nenhum bem existe. Finalmente, onde estas três coisas são grandes, são grandes as naturezas; onde são pequenas, são pequenas as naturezas; onde não existem, nenhuma natureza existe. Logo, toda a natureza é boa. (Agostinho, 2019, p. 41).

2393

Nesse sentido, o mal não possui uma natureza própria, mas existe apenas na medida em que algo bom é desfigurado, enfraquecido ou deformado. Assim, o mal, em sua essência, é a diminuição do bem, uma falha ou deficiência naquilo que originalmente foi criado bom. Por isso, ao contrário do bem, que é sempre uma realidade positiva e ativa, o mal não pode ser considerado como uma entidade autônoma ou independente, mas não uma natureza.

Quando se trata de procurar onde está o mal, deve primeiro investigar-se o que seja o mal. Ele não é mais do que a corrupção do modo, da espécie ou da ordem natural. Assim, diz-se má a natureza que está corrompida, pois que a natureza incorrupta é boa. Mas, mesmo a natureza corrompida, enquanto natureza, é boa, só enquanto corrompida é que é má. (Agostinho, 2019, p. 43).

E continua:

[...] nas naturezas superiores e espirituais, é melhor um espírito racional mesmo corrompido por uma vontade má, do que um irracional incorrupto. E qualquer espírito, mesmo corrompido, é melhor do que qualquer corpo incorrupto. Na verdade, é melhor a natureza, que quando está pronta para tal dá a vida ao corpo, do que aquela a quem essa vida é dada. Ora, por muito corrompido que seja um espírito da vida criado, ele pode dar a vida a um corpo.

Por isso, mesmo corrompido ele é melhor do que um corpo incorrupto. [...] toda natureza que pode ser corrompida é também um certo bem; na verdade, a corrupção não a poderia prejudicar a não ser retirando ou diminuindo o que é bom” (Agostinho, 2019, p. 43 - 45).

Por fim, Agostinho estabelece uma hierarquia para as coisas criadas, em que o homem, enquanto ser racional, mesmo corrompido, ainda é hierarquicamente superior ao animal ou qualquer outro ser. De acordo com essa hierarquia, é melhor uma razão corrompida do que um corpo incorrupto, pois a razão representa uma capacidade superior de entendimento e discernimento, algo que o corpo, por mais perfeito que seja, não possui. Assim, fica patente a importância da razão para Agostinho, que a considera um bem maior do que qualquer aspecto material ou físico. Para ele, a corrupção, embora seja uma diminuição do bem, não pode corromper tudo, pois enquanto o bem existir, a natureza subsistirá. A própria corrupção, portanto, não é inteiramente má, pois, como Agostinho explica, ela retira ou diminui um bem, mas não “aumenta o mal”, ou seja, Deus não pode ser corrompido, e até a corrupção em si não é de todo ruim, ela retira ou diminui um bem, mas não “aumenta o mal”.

4.3 – O Mal como afastamento do bem e a justiça divina

Enfim, o último conceito que vale ressaltar até aqui é o mal como afastamento do bem, colocando o mal como uma coisa “menos boa”, uma escolha mais distante dos caminhos de Deus, uma escolha ruim que traz consigo consequências, que é o pecado. Esse é o mal moral: fazer algo ruim (o ato de pecar) não implica diretamente em maldade como uma segunda força existente ao lado do bem, mas sim como um afastamento do bem, ou seja, escolher a criatura em vez do Criador. O mal, nesse sentido, não é visto como uma entidade independente ou uma força antagonista ao bem, mas sim como uma falha na escolha, uma escolha que se distancia do que é verdadeiramente bom, que é Deus. Não que a criatura seja um nada, pois ela ainda possui algum grau de bondade, uma vez que foi criada por Deus, mas escolhê-la em detrimento de um bem maior, que é Deus, configura uma escolha má. Observe-se que não se trata de escolher entre uma substância e o nada, mas sim entre graus de substância, ou de perfeição dessa substância. A escolha do mal, então, é uma escolha que resulta em um afastamento do que é perfeito, do que é eterno, para o que é imperfeito e transitório. Portanto, o mal não é uma presença autônoma no mundo, mas uma ausência de bem, uma falha moral que surge quando o ser humano escolhe se afastar do bem supremo em direção a um bem menor, gerando consequências negativas que afetam tanto a sua alma quanto o seu relacionamento com Deus.

O pecado não é, como disse, o apetite de uma natureza má, mas o afastamento em relação a uma melhor. Por isso é o próprio ato que é mau e não a natureza que utiliza mal aquele que peca. Assim o Apóstolo repreende certos homens condenados pelo divino juízo que "veneraram e serviram a criatura mais que o Criador» Ele não repreende a criatura - quem assim o fizer injuria o Criador - mas sim aqueles que usaram mal um bem desprezando um bem melhor." (Agostinho, 2019, p. 73).

Isso ainda é reforçado em outro exemplo com o episódio do pecado original no Jardim do Éden, no qual a humanidade desobedeceu a Deus pela primeira vez. Deus não colocou nada de natureza má no jardim, mas o homem, ao desobedecer a Deus e tocar a árvore, escolheu algo inferior a Deus, que seria o maior dos bens. Então Agostinho reafirma o que dizia sobre as naturezas superiores (melhores) e inferiores.

Que o pecado ou a iniquidade não é um apetite de natureza, mas um afastamento em relação às naturezas melhores, é o que se encontra nas Escrituras: *Toda a criatura de Deus é boa* - E por essa razão toda a árvore que Deus plantou no paraíso era boa. Logo, o homem não desejou uma natureza má, quando tocou na árvore proibida; no entanto, afastando-se do que era melhor, cometeu um mau ato. De facto, é melhor o criador do que qualquer das suas criaturas e não se devia desprezar a sua ordem a fim de tocar, por muito bom que isso fosse, naquilo que tinha sido proibido. Afastando-se, desse modo, do melhor, desejava um bem criado, no qual tocava contra a ordem do seu criador. (Agostinho, 2019, p. 71).

Agostinho continua:

2395

Por isso, Deus não tinha plantado uma árvore má no paraíso, apenas ele próprio era melhor do que a árvore em que tinha proibido tocar. Tinha igualmente proibido isso com o intuito de mostrar que a natureza da alma racional não deve estar sob o seu próprio domínio, mas sim submeter-se a Deus e guardar, pela obediência, a ordem da sua salvação ou corromper-se pela desobediência. Daqui o ter chamado à árvore em que proibiu tocar *árvore do discernimento do bem e do mal* Porque quem tocasse nela contra a sua ordem experimentaria a pena do pecado, discernindo assim a diferença que há entre o bem da obediência e o mal da desobediência. (Agostinho, 2019, p. 71).

Verifica-se que para Agostinho, Deus colocou aquela árvore no Éden como teste, ordenando que o homem não tocasse na árvore, pois queria mostrar ao homem que ele deveria se submeter a Deus, mas que Deus não interfere nas escolhas humanas. Então ele tinha a escolha de tocar, de modo que não experimentaria as consequências do pecado da desobediência. Assim, não se tratar do mal como uma natureza em si, mas como uma escolha menos boa, que afasta o homem da verdade e da felicidade verdadeira, levando-o a uma vida de sofrimento e miséria espiritual.

A justiça de Deus se manifesta no fato de que os homens colhem as consequências de suas escolhas. Se não houvesse livre-arbítrio, não haveria justiça na recompensa dos bons e na

punição dos maus. Deus permite o livre-arbítrio para que cada um seja responsável por sua própria trajetória.

Agostinho divide os seres humanos em dois grupos (espécies): os que seguem a lei eterna, ou seja, aqueles que submetem sua vontade à ordem divina e buscam a sabedoria e a retidão. Esses indivíduos estão no caminho da felicidade verdadeira e da comunhão com Deus; e os que seguem a lei temporal, portanto, aqueles que se apegam às coisas passageiras, como riquezas, prazeres e poder. Esses indivíduos se desviam do caminho do bem e acabam caindo no pecado.

Logo, é evidente que há duas espécies de homens: uns, amigos das coisas eternas; e outros, das coisas temporais. E já concordamos que há também duas leis: uma eterna, outra temporal. Dize-me, caso tenhais o senso de justiça: quais desses homens devem estar colocados entre os submissos à lei eterna e quais à lei temporal? Ev: Aqueles a quem o amor dos bens eternos torna felizes, devem, a meu ver, viver sob os ditames da lei eterna. Ao passo que aos insensatos está imposto o jugo de lei temporal (Agostinho, 1995, p. 64).

Agostinho, então, enfatiza que o afastamento de Deus não é apenas um erro moral, mas também uma causa de sofrimento. Para ele, a desordem interna que resulta desse afastamento leva o ser humano a um estado de infelicidade, pois ele foi criado para buscar o que é eterno e imutável, que é Deus. Quando o homem tenta encontrar felicidade nas coisas temporais e transitórias, como as posses materiais, os prazeres passageiros ou as ambições mundanas, ele está se distanciando do que verdadeiramente lhe proporciona a paz e o bem-estar. Essa busca em coisas efêmeras está fadada ao fracasso, pois essas coisas não podem preencher o vazio interior do homem, que só pode ser preenchido pela verdade divina. O ser humano, quando se desvia de sua verdadeira finalidade, que é a união com Deus e a adesão à sua lei eterna, se coloca em um estado de desarmonia e angústia, cujas consequências são inevitáveis: a insatisfação e o sofrimento. Agostinho, portanto, ressalta que a verdadeira felicidade não pode ser encontrada nas coisas temporais, mas sim na conformidade com a lei eterna, que é o que proporciona a verdadeira realização da alma humana.

2396

5 – CONCLUSÃO

A leitura e análise das obras *A Natureza do Bem* e *O Livre Arbítrio* até agora realizadas nos permitiram investigar e compreender três conceitos centrais para a pesquisa até o momento, que se reafirmaram e se complementam, a saber, o mal, o livre-arbítrio e o pecado. Esses conceitos são fundamentais para entendermos a visão de Agostinho de Hipona sobre a natureza

humana e sua relação com a criação divina, além de estabelecerem uma base teórica para o entendimento do problema do mal e da moralidade.

Nesse contexto, o autor discorre sobre o mal e sua origem, abordando como ele se manifesta na realidade humana e como se relaciona com o livre-arbítrio, o pecado, as coisas criadas e Deus. Ao fazer isso, ele discute sobre o mal em um quadro mais amplo, interligando todos esses elementos à natureza humana, que, de acordo com sua visão, é primordialmente boa. Para Agostinho, o mal não é uma criação divina, mas uma privação do bem, um grau menor daquilo que é bom, algo que ocorre quando a liberdade humana é mal utilizada. A criação divina, em sua totalidade, é boa, e o mal se apresenta quando a liberdade de escolha, concedida ao ser humano, é exercida de maneira equivocada.

Ainda são abordados conceitos que se somam à problemática central: o mal como uma não-existência, ou seja, algo que é “menos bom”; o mal uso do livre-arbítrio concedido a nós por Deus para que sejamos responsáveis por nós mesmos; as escolhas que fazemos por vontade própria, com base em nossas inclinações e desejos; e, finalmente, a nossa natureza, que, quanto menos corrompida, pode alcançar a felicidade e realizar seu propósito mais elevado. O entendimento do mal como uma ausência de bem, e não como algo existente por si só, reforça a ideia de que a responsabilidade humana é crucial na preservação da bondade inerente à criação divina.

2397

Por fim, a nos permitiu aprofundar a compreensão do pensamento de Santo Agostinho sobre o problema do mal, especialmente ao destacar a relação intrínseca entre o livre-arbítrio, o pecado e a bondade da criação divina. A concepção do mal como ausência de bem, e não como uma substância em si, evidência a responsabilidade humana no uso da liberdade concedida por Deus. Essa responsabilidade, portanto, implica que a escolha pelo bem é fundamental para preservar a pureza da natureza humana e alcançar a felicidade. Sendo assim, os conceitos estudados não apenas se complementam, mas também oferecem uma base sólida para reflexões futuras nas pesquisas sobre ética, moralidade e a relação entre a vontade humana e a ordem divina, iluminando questões fundamentais da condição humana e o papel da liberdade na busca pelo bem e pela verdade.

REFERÊNCIAS

A) Obras de Agostinho de Hipona

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Tradução de Oscar Paes Leme. 2^a. ed. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2017.

_____. *A Natureza do Bem*. Tradução de D. Paulo A. Mascarenhas Roxo. 1^a ed. São Paulo: Editora Paulus, 2019.

_____. *Confissões*. Tradução de Lorenzo Mammí. 1^a. Ed. São Paulo: Editora Penguin-Companhia, 2017.

_____. *O Livre-Arbitrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. 2^a. Ed. São Paulo: Editora Paulus, 1995.

B) Estudos e outros

BATAGLION JÚNIOR, Eloi. *O mal como privação do bem: a refutação de Santo Agostinho ao Maniqueísmo*. São Paulo: Paulus, 2018.

COSTA, Marcos Roberto N. *Introdução ao Pensamento ético-político de Santo Agostinho*. São Paulo: Loyola, 2009.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. *O livre-arbitrio e o problema do mal em Santo Agostinho*. *Argumentos - Revista de Filosofia*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 124-131, 2010.

DE ALMEIDA, Allyson Pereira; ARRUDA JÚNIOR, Gerson F. de. Reflexões sobre a obra “O Livre-Arbitrio” de Santo Agostinho: Uma Proposta de Esboço. *Revista Ágora Filosófica*, Recife, PE, Brasil, v. 18, n. 1, p. 153-180, 2018. 2398

GILSON, Étienne. *Introdução Ao estudo de Santo Agostinho*. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2^a ed. São Paulo: Editora Paulus, 2006.